

CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2024
EDITAL PARA SELEÇÃO DE APRESENTAÇÕES MUSICAIS
23ª MOSTRA NACIONAL DE MÚSICA DE PIRENÓPOLIS
FESTIVAL CANTO DA PRIMAVERA 2024

1. APRESENTAÇÃO

1.1. O Governo do Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Cultura (Secult Goiás), e a Universidade Federal de Goiás (UFG), tendo como interveniente a Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural (Fundação RTVE), mediante cooperação mútua estabelecida no Convênio Secult n. 01/2023, torna público o edital para seleção de artistas e apresentações musicais que vão compor a programação artística e cultural da 23ª edição da Mostra Nacional de Música de Pirenópolis (Canto da Primavera 2024).

2. OBJETIVO

2.1. A presente chamada pública tem por objetivo selecionar apresentações musicais de artistas do Estado de Goiás para compor a programação artística e cultural na 23ª edição da Mostra Nacional de Música de Pirenópolis (Canto da Primavera 2024), a ser realizada de forma presencial no período de **03/09/2024 a 08/09/2024 na cidade de Pirenópolis/GO.**

2.2. A seleção dos artistas desta chamada ocorrerá por meio de análise das Comissões de Habilitação e de Curadoria, tendo como diretrizes os princípios da Administração Pública, visando à Difusão e Valorização das Artes e Culturas, incentivando os artistas músicos da cidade de Pirenópolis e do Estado de Goiás.

3. DAS MODALIDADES E CATEGORIAS

3.1. As atrações musicais selecionadas nesta Chamada Pública para compor a programação artística e cultural da 23ª edição da Mostra Nacional de Música de Pirenópolis (Canto da Primavera 2024) serão divididas em 02 (duas) modalidades, conforme descrito a seguir:

MODALIDADE	DESCRIÇÃO	REQUISITO
1	Atrações Musicais Locais	Artistas e grupos artísticos residentes na cidade de Pirenópolis/GO
2	Atrações Musicais Regionais	Artistas e grupos artísticos residentes em municípios do Estado de Goiás

Apoio:



Correalização:



Realização:



3.2. A programação da MODALIDADE 1 – ATRAÇÕES MUSICAIS LOCAIS será composta por 15 (quinze) apresentações, conforme quadro abaixo:

MODALIDADE 1 - ATRAÇÕES MUSICAIS LOCAIS (CIDADE DE PIRENÓPOLIS/GO)			
Categoria		Quantidade	Valor por Apresentação
1	Palcos do Coreto e Teatro	10	R\$ 8.000,00
2	Palco da Matriz	05	R\$ 10.000,00

2

3.2.1. Só poderão participar da **MODALIDADE 1** deste edital aqueles projetos artísticos e culturais produzidos e executados por artistas músicos ou grupos artísticos musicais residentes ou sediados na cidade de Pirenópolis/GO.

3.2.1.1. A exclusividade de participação de artistas de Pirenópolis/GO e do Estado de Goiás fundamenta-se nos princípios da eficiência, valorização da cultura local, desenvolvimento regional, incentivo ao turismo cultural e redução do impacto ambiental, conforme preceitua o Art. 215 da Constituição Federal e a Lei Federal nº 12.343/2010. Tal medida otimiza os custos operacionais, promove e incentiva a cultura e os artistas regionais, contribui para o desenvolvimento econômico local, atrai turistas interessados em experiências autênticas e diminui o impacto ambiental decorrente do transporte de artistas e equipamentos, assegurando um evento cultural sustentável e alinhado com políticas públicas responsáveis.

3.2.2. Caso as vagas destinadas a uma das categorias desta modalidade não sejam preenchidas em sua integralidade, poderão ser redistribuídas para outra categoria da segunda modalidade que tenha o mesmo valor por apresentação, conforme indicação da curadoria e considerando a ordem de classificação;

3.3. A programação da MODALIDADE 2 – ATRAÇÕES MUSICAIS REGIONAIS será composta por 39 (trinta e nove) apresentações, conforme o que segue:

MODALIDADE 2 - ATRAÇÕES MUSICAIS REGIONAIS (ESTADO DE GOIÁS)			
Categoria		Quantidade	Valor por Apresentação
1	Palcos do Coreto e Teatro	20	R\$ 8.000,00
2	Palco da Matriz	10	R\$ 10.000,00
3	Apresentação de DJ	4	R\$ 7.000,00
4	Palco Beira Rio	6	R\$ 20.000,00

Apoio:



Correalização:



Realização:



3.3.1. Só poderão participar da **MODALIDADE 2** deste edital aqueles projetos artísticos e culturais produzidos e executados por artistas músicos ou grupos artísticos musicais residentes ou sediados em municípios do Estado de Goiás.

3.3.2. Caso as vagas destinadas a uma das categorias desta modalidade não sejam preenchidas em sua integralidade, poderão ser redistribuídas para outra categoria da primeira modalidade que tenha o mesmo valor por apresentação, conforme indicação da curadoria e considerando a ordem de classificação;

3.4. As apresentações serão definidas em datas, horários e locais indicados pela organização do festival e deverão ocorrer de forma presencial no período de **03/09/2024 a 08/09/2024 na cidade de Pirenópolis/GO.**

3

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Com vistas a difundir, fomentar e valorizar as culturas e artes produzidas por artistas músicos e por grupos artísticos musicais do Estado de Goiás, poderão participar deste chamamento público pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou sediadas apenas na cidade de Pirenópolis/GO, na **MODALIDADE – 1** ou no Estado de Goiás, na **MODALIDADE – 2**

4.2. Poderão participar projetos artísticos e culturais propostos por pessoas físicas ou jurídicas, estas últimas, cujo ramo de atividade da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE seja compatível e pertinente ao objeto da contratação.

4.3. Serão aceitos projetos artísticos e culturais propostos por pessoa física desde que os conteúdos musicais propostos sejam desenvolvidos/representados por um único artista, sem vinculação de qualquer outra pessoa, seja para equipe artística ou técnica.

4.4. Serão aceitos projetos artísticos e culturais propostos por pessoa jurídica com conteúdo musical das propostas desenvolvidas/representadas de forma individual e/ou com vinculação de outra(s) pessoa(s), seja para equipe artística e/ou técnica ou por grupos artísticos/coletivos.

4.5. Em caso de grupos que possuem menores de idade como integrantes, a ficha de autorização para participação de menor de idade deverá ser apresentada devidamente preenchida conforme Anexo I.

4.5.1. É obrigação dos proponentes obterem as autorizações judiciais e licenças que se façam necessárias para participação de integrantes menores de idade, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), não onerando a organização do festival por qualquer responsabilidade nesse sentido.

4.6. Para comprovação de residência na cidade de Pirenópolis/GO, na **MODALIDADE – 1** ou no Estado de Goiás, na **MODALIDADE – 2**, o proponente deverá anexar 01 (um) comprovante de endereço com

Apoio:



Goiás Social



Correalização:



Realização:



data de emissão dos últimos 03 (três) meses, na titularidade da pessoa jurídica ou da pessoa física ou do artista/grupo artístico inscrito como proponente.

4.6.1. Na hipótese em que o proponente, seja ele pessoa física, jurídica ou artista/grupo artístico, não possua o comprovante de endereço identificado em seu nome (situações de locação de imóveis ou comprovante em nome de familiares), deverá ser apresentada de forma conjunta todos seguintes documentos:

- a) Comprovante de endereço (na titularidade de terceiros);
- b) Declaração de endereço assinada pelo titular (que é a pessoa que consta na titularidade do comprovante de endereço apresentado) (Anexo II);
- c) Cópia do documento de identidade do titular (que é a pessoa que consta na titularidade do comprovante de endereço apresentado).

4.7. O artista ou o grupo selecionado, bem como todos os componentes da equipe técnica ou artística (se houver), deverão ter disponibilidade de agenda para apresentações no período de **03/09/2024 a 08/09/2024**, a fim de atender o agendamento das apresentações que será realizado pela organização do festival.

4.8. Caberá ao proponente da apresentação artística e cultural selecionado arcar com todos os custos do artista ou grupo artístico e equipe (se houver) para traslados, hospedagens, alimentação, transporte, resguardo/proteção, movimentação e guarda de instrumentos musicais, montagem e desmontagem de equipamentos, equipamentos de proteção individual e coletiva e materiais específicos que não sejam disponibilizados pela organização do festival.

4.9. Os artistas e grupos artísticos que se apresentaram na edição anterior, ou seja, FESTIVAL CANTO DA PRIMAVERA 2023, têm a oportunidade de se candidatar como proponentes de atrações artísticas e culturais para esta edição de 2024, desde que a apresentação musical proposta seja diferente daquela apresentada na edição anterior, com vistas a diversificar e inovar a programação do festival.

4.9.1 Poderá ser considerado critério de desempate pela curadoria não ter participado da última edição.

4.10. O proponente deverá optar em apresentar sua proposta para somente uma das modalidades descritas no Item 3.1 deste edital.

4.11. Caso seja observada a existência de duplicidade da mesma proposta inscrita pelo mesmo proponente, será considerada a última em ordem cronológica e desclassificadas as anteriores.

Apoio:



Correalização:



Realização:



5. DOS IMPEDIMENTOS

5.1. Estão impedidos de participar desta Chamada Pública:

- a) empregados, funcionários terceirizados, ocupantes de cargos comissionados, servidores, estagiários e afins da Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural (Fundação RTVE), da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC/UFG) e/ou da Equipe Executiva da Cultura (ExeCult), bem como cônjuges e familiares até segundo grau;
- b) membros da Secretaria de Estado da Cultura do Governo de Goiás (Secult Goiás), bem como seus cônjuges e familiares até segundo grau;
- c) membros nomeados para as Comissões de Habilitação e de Curadoria/Seleção deste edital, bem como seus cônjuges e familiares até segundo grau;
- d) pessoas físicas e jurídicas que estejam em situação irregular perante os órgãos competentes e as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, ou seja, que não apresentem certidões negativa ou positiva com efeito negativo de débitos;
- e) candidatos que estiverem sob decretação de falência, dissolução, liquidação e demais impedimentos pela via judicial;
- f) pessoas jurídicas que pratiquem ou aceitem a exploração de trabalho escravo ou degradante, a exploração sexual de menores de idade e a exploração de mão de obra infantil e adolescente, além de ações em desconformidade com a legislação vigente.

5

6. DA INSCRIÇÃO

6.1. As inscrições para esta chamada pública são gratuitas e ficarão abertas entre o dia **25/07/2024 até 23h59 de 05/08/2024**.

6.2. As inscrições devem ser feitas, exclusivamente, de forma virtual na Plataforma de Editais e Logística de Eventos Culturais Oficiais – ELENCO com acesso pelo link <https://elenco.ufg.br/> e disponível também no *site* oficial do CANTO DA PRIMAVERA: <https://cantodaprimavera.cultura.go.gov.br/>

6.3. O proponente somente será considerado inscrito após submeter envio do formulário devidamente preenchido e acompanhado dos seguintes documentos digitalizados em sua integridade e legíveis:

I – Para Pessoa Física:

- a) Formulário de inscrição preenchido;
- b) Proposta cultural e artística a ser apresentada durante o evento – Anexo III (preencher inserindo informações de como será o show, figurino, fotos, *link* para vídeos, redes sociais

Apoio:



Correalização:



Realização:



digitais e outros detalhamentos que julgar necessário para avaliação da proposta e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);

c) Roteiro Musical ECAD – Anexo IV (preencher os campos indicados e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);

d) Portfólio Artístico – Anexo V (preencher com informações do histórico artístico, realizações, shows recentes, participações, entrevistas, catálogos, matérias jornalísticas e demais informações históricas que julgar necessário para avaliação e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);

e) Cópia digitalizada da Cédula de Identidade Civil;

f) Comprovante de Situação Cadastral no CPF, disponível para emissão no *link*: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir> (Obs.: após emissão, salvar o arquivo em formato .pdf e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);

g) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, disponível no *link*: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir> (Obs.: após emissão, salvar o arquivo em formato .pdf e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);

h) Certidão de Débitos emitido pela Fazenda Pública Estadual de Goiás para o CPF do proponente, disponível no *link*: <https://www.sefaz.go.gov.br/Certidao/Emissao/default.asp> (Obs.: após emissão, salvar o arquivo em formato .pdf e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);

i) Cópia da inscrição do PIS/PASEP/NIT/NIS, que pode ser encontrada na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) ou emitida no sítio do Meu INSS com acesso via GOV.BR no *link* <https://meu.inss.gov.br/> (Obs.: após emissão, salvar o arquivo em formato .pdf e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);

j) Cópia de comprovante de endereço com data de emissão inferior a 03 (três) meses da data de inscrição. Não havendo comprovante de endereço em nome próprio, deverá ser apresentada, de forma complementar e conjunta, a Declaração de Endereço assinada pelo titular (pessoa que está com o nome no comprovante de endereço) e acompanhada de Cópia de Documento de Identificação do titular (pessoa que está com o nome no comprovante de endereço), conforme modelo do Anexo II (Obs.: preencher, colher assinatura do titular, que é a pessoa que tem o nome no comprovante de endereço, juntar ao documento pessoal do titular e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);

Apoio:



Correalização:



Realização:



- k)** Indicação de dados bancários da conta de titularidade da pessoa física (informar em campo específico do formulário de inscrição: nome da instituição bancária, número da agência com dígito verificador, número da conta com dígito verificador, operação, tipo da conta e chave PIX);
- l)** Autorização para participação de menor de idade, se for o caso – Anexo I (preencher, colher assinatura do responsável legal, juntar em arquivo único contendo também o documento pessoal do responsável legal e o documento pessoal do menor de idade e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);
- m)** Autorização de uso de imagem e de voz (manifestar marcando concordância em campo específico do formulário de inscrição);
- n)** Declaração de regularidade e de manutenção desta junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal (manifestar marcando concordância em campo específico do formulário de inscrição);
- o)** Declaração de inexistência de vínculo institucional com a Secretaria de Estado da Cultura do Governo de Goiás (Secult Goiás), Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural (RTVE), Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás (UFG) e/ou Equipe ExeCult – Executiva da Cultura (manifestar marcando concordância em campo específico do formulário de inscrição);
- p)** Declaração de inexistência de vínculo de parentesco com membros da Secretaria de Estado da Cultura do Governo de Goiás (Secult Goiás), da Comissão de Habilitação, da Comissão de Avaliação (Curadoria), da Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural (RTVE), da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Equipe Executiva da Cultura (ExeCult) (manifestar marcando concordância em campo específico do formulário de inscrição);
- q)** Termo de Adesão aos termos deste Edital de Seleção (manifestar marcando concordância em campo específico do formulário de inscrição).

II – Para Pessoa Jurídica:

- a)** Formulário de inscrição preenchido;
- b)** Proposta cultural e artística a ser apresentada durante o evento – Anexo III (preencher inserindo informações de como será o show, figurino, fotos, *link* para vídeos, redes sociais digitais e outros detalhamentos que julgar necessário para avaliação da proposta e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);
- c)** Roteiro Musical ECAD – Anexo IV (preencher os campos indicados e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);

Apoio:



Correalização:



Realização:



- d)** Portfólio Artístico – Anexo V (preencher com informações do histórico artístico, realizações, shows recentes, participações, entrevistas, catálogos, matérias jornalísticas e demais informações históricas que julgar necessário para avaliação e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);
- e)** Cópia de ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI – CCMEI;
- f)** Cópia digitalizada da Cédula de Identidade Civil do Representante Legal da Pessoa Jurídica;
- g)** Cópia digitalizada do CPF do Representante Legal da Pessoa Jurídica;
- h)** Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral de Pessoa Jurídica, disponíveis no *link*: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp (Obs.: após emissão, salvar o arquivo em formato .pdf e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);
- i)** Cópia de comprovante de endereço da sede com data de emissão inferior a 03 (três) meses da data de inscrição. Não havendo comprovante de endereço em nome próprio, deverá ser apresentada, de forma complementar e conjunta, a Declaração de Endereço assinada pelo titular (pessoa que está com o nome no comprovante de endereço) e acompanhada de Cópia de Documento de Identificação do titular (pessoal que está com o nome no comprovante de endereço), conforme modelo do Anexo II (Obs.: preencher, colher assinatura do titular, que é a pessoa que tem o nome no comprovante de endereço, juntar ao documento pessoal do titular e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);
- j)** Certidão negativa de tributos federais da pessoa jurídica proponente, disponível no *link*: <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pi/emitir> (Obs.: após emissão, salvar o arquivo em formato .pdf e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);
- k)** Certidão de Débitos emitido pela Fazenda Pública Estadual de Goiás para o CNPJ do proponente, disponível no *link*: <https://www.sefaz.go.gov.br/Certidao/Emissao/default.asp> (Obs.: após emissão, salvar o arquivo em formato .pdf e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);
- l)** Certidão negativa de débitos municipais emitida pela prefeitura do município onde a pessoa jurídica está sediada;
- m)** Prova de Regularidade do Empregador relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) do CNPJ proponente, disponível no *link*: [8](https://consulta-</p></div><div data-bbox=)

crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf (Obs.: após emissão, salvar o arquivo em formato .pdf e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);

n) Certidão negativa de débitos trabalhistas do CNPJ proponente, disponível no *link*: <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces> (Obs.: após emissão, salvar o arquivo em formato .pdf e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);

o) Indicação de dados bancários da conta de titularidade da pessoa jurídica (informar em campo específico do formulário de inscrição: nome da instituição bancária, número da agência com dígito verificador, número da conta com dígito verificador, operação, tipo da conta e chave PIX);

p) Autorização para participação de menor de idade, se for o caso – Anexo I (preencher, colher assinatura do responsável legal, juntar em arquivo único contendo também o documento pessoal do responsável legal e o documento pessoal do menor de idade e fazer *upload* em campo indicado no formulário de inscrição);

q) Autorização de uso de imagem e de voz (manifestar marcando concordância em campo específico do formulário de inscrição);

r) Declaração de regularidade e de manutenção desta junto aos órgãos competentes e às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal (manifestar marcando concordância em campo específico do formulário de inscrição);

s) Declaração de inexistência de vínculo institucional com a Secretaria de Estado da Cultura do Governo de Goiás (Secult Goiás), Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural (RTVE), Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás (UFG) e/ou Equipe ExeCult – Executiva da Cultura (manifestar marcando concordância em campo específico do formulário de inscrição);

t) Declaração de inexistência de vínculo de parentesco com membros da Secretaria de Estado da Cultura do Governo de Goiás (Secult Goiás), da Comissão de Habilitação, da Comissão de Avaliação (Curadoria), da Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural (RTVE), da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Equipe Executiva da Cultura (ExeCult) (manifestar marcando concordância em campo específico do formulário de inscrição);

u) Termo de Adesão aos termos deste Edital de Seleção (manifestar marcando concordância em campo específico do formulário de inscrição).

6.4. A documentação deverá ser apresentada dentro do prazo estabelecido. Quando o órgão for omissor, considerar-se-á o prazo de validade de 90 (noventa) dias ou 03 (três) meses, a contar da data da emissão.

Apoio:



GOIÁS SOCIAL

RETOMADA
Secretaria de
Estado de
Indústria

GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Correalização:



Realização:

SECULT
Secretaria de Estado
de Cultura



- 6.5.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte será exigida somente para efeito de assinatura do contrato.
- 6.6.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste chamamento, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que ela apresente alguma restrição.
- 6.7.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período a critério da organização, para a regularização da documentação, do pagamento ou do parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito negativo em débitos.
- 6.8.** É de inteira responsabilidade do proponente a realização da inscrição dentro do prazo estabelecido, sob pena de indeferimento e desclassificação da proposta.
- 6.9.** Não serão aceitos protocolos em substituição aos documentos exigidos.
- 6.10.** Não serão aceitos documentos ilegíveis, incompleto, bloqueados para acesso ou com prazo de validade expirado.
- 6.11.** Serão indeferidas e desclassificadas as inscrições apresentadas em desacordo com normas, condições e especificações previstas neste edital.
- 6.12.** O ato de inscrição pressupõe plena concordância com os termos e com as condições do edital e de seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e da execução dos serviços.
- 6.13.** As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade dos candidatos proponentes, dispondo a Comissão de Habilitação do direito de excluir aquele que fornece dados inverídicos, errados e/ou incompletos.
- 6.14.** A Organização não se responsabiliza por eventuais congestionamentos no sistema de inscrição *online* ou por erros no preenchimento do formulário eletrônico, por isso, recomenda-se que a inscrição seja feita com antecedência em relação ao prazo final.

7. ESCLARECIMENTOS DO EDITAL

- 7.1.** Interessados(as) poderão pedir esclarecimentos a partir de requerimento por escrito, contendo identificação do solicitante, razões e pedido, devendo ser enviado ao e-mail execult@ufg.br até às 23h59min do dia 24/07/2024.
- 7.2.** Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos apresentados intempestivamente.

Apoio:



Correalização:



Realização:



7.3. Os pedidos de esclarecimento serão respondidos diretamente ao interessado em até 02 (dois) dias úteis.

7.4. A Organização reserva-se o direito de publicar as respostas das dúvidas mais comuns dos proponentes (Perguntas Frequentes).

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A fase de habilitação, de caráter eliminatório, consiste na análise dos documentos e informações apresentadas no ato da inscrição.

8.2. As inscrições serão verificadas e avaliadas, conforme cronograma previsto, por uma Comissão de Habilitação a ser indicada pela Coordenação-Geral da ExeCult, equipe vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás (UFG), que exerce a condução técnica nos termos do Convênio Secult n. 01/2023.

8.3. A Comissão de Habilitação publicará na Plataforma de Editais e Logística de Eventos Culturais Oficiais – ELENCO (<https://elenco.ufg.br>) a relação das inscrições deferidas na fase de habilitação, enquanto Resultado Preliminar, conforme cronograma vigente.

8.4. A interposição de recursos ao resultado da fase de habilitação deverá ser realizada, dentro do prazo previsto no cronograma deste edital, exclusivamente, na Plataforma de Editais e Logística de Eventos Culturais Oficiais – ELENCO, com acesso via *link* <https://elenco.ufg.br>

8.5. A Comissão de Habilitação publicará na Plataforma de Editais e Logística de Eventos Culturais Oficiais – ELENCO (<https://elenco.ufg.br>) a relação das inscrições deferidas na fase de habilitação, enquanto Resultado Final, acompanhada do Resultado dos Recursos, conforme cronograma vigente.

8.6. A Comissão de Habilitação, em conformidade com o princípio da competitividade, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação apresentada pelos candidatos, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura desta seleção, sendo possível a promoção de diligências mediante despacho fundamentado, com validade, eficácia e transparência a todos os interessados.

8.7. Constatada a conformidade às exigências legais deste edital, a proposta será considerada habilitada e passará à etapa de Avaliação (Curadoria).

9. DA AVALIAÇÃO

9.1 A Comissão de Avaliação (Curadoria) realizará a etapa de avaliação ou curadoria e será composta por 05 (cinco) membros, sendo: 01 (um) indicado pela Secult Goiás; 01 (um) indicado pela UFG; 01

Apoio:



Correalização:



Realização:



(um) indicado pela Secretaria Municipal de Cultura da cidade de Pirenópolis/GO; 01 (um) indicado pelo Conselho Estadual de Cultura e 01 (um) indicado pela Fundação RTVE.

9.2. Caberá à Comissão de Avaliação avaliar as propostas artísticas e culturais, atribuindo, em formulário próprio, nota de 01 a 10 (um a dez) pontos, de acordo com os critérios de julgamento a seguir:

CRITÉRIO 1 – Qualidade da proposta cultural ou artística (01 a 10 pontos);

CRITÉRIO 2 – Objetividade, coerência e organização da proposta cultural ou artística (01 a 10 pontos);

CRITÉRIO 3 – Relevância cultural da carreira do artista/grupo artístico (01 a 10 pontos);

CRITÉRIO 4 – O artista/grupo artístico esteve em atividade nos últimos dois anos (01 a 10 pontos);

9.3. A nota final consistirá na média das notas atribuídas para os critérios elencados no item 9.2;

9.4. Será desclassificada a proposta de atividade cultural ou artística que:

9.4.1. não obtiver a nota final mínima de 5,0 (cinco) pontos;

9.4.2. não atender, na avaliação da Comissão, ao objetivo do edital.

9.5. As propostas serão avaliadas e classificadas até o limite de vagas de cada modalidade e categoria, seguindo a ordem decrescente das notas finais.

9.6. Havendo empate na totalização dos pontos, o desempate beneficiará o candidato que, sucessivamente:

a) não tenha participado da edição CANTO DA PRIMAVERA 2023.

b) tenha maior pontuação no critério 1;

c) tenha maior pontuação no critério 2;

d) tenha maior pontuação no critério 3.

9.7. A Comissão de Avaliação publicará na plataforma ELENCO (<https://elenco.ufg.br>) o resultado preliminar da etapa de avaliação, conforme cronograma vigente.

9.8. A interposição de recursos da etapa preliminar de avaliação deverá ser realizada, dentro do prazo previsto no cronograma deste edital, exclusivamente, na Plataforma de Editais e Logística de Eventos Culturais Oficiais – ELENCO, com acesso via link <https://elenco.ufg.br>

9.9. A Comissão de Avaliação publicará na Plataforma de Editais e Logística de Eventos Culturais Oficiais – ELENCO (<https://elenco.ufg.br>) o resultado da análise dos recursos da etapa preliminar de avaliação e o Resultado Final, conforme cronograma vigente.

Apoio:



Correalização:



Realização:



9.10. Caso as propostas selecionadas não consigam atender à convocatória para entrega de documentação complementar para contratação, ou em caso de desistência, o proponente do cadastro de reserva (suplente), com a nota subsequente, na ordem classificatória, poderá ser convocado.

10. DOS PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

10.1. Após a publicação do Resultado Final da presente Chamada Pública, caso haja necessidade de complementação, os selecionados serão convocados pela Fundação RTVE, interveniente administrativo-financeiro do Convênio Secult n. 01/2023, para apresentação da documentação complementar necessária para contratação.

10.2. A contratação decorrente do credenciamento obedecerá às regras da Lei Federal n. do Decreto nº. 8.241/2014 e supletiva e subsidiariamente a Lei nº. 14.133/2021.

10.3. Para a contratação como pessoa jurídica, os selecionados deverão apresentar, em adição àqueles apresentados na inscrição, documentos que comprovem habilitação para representação ou Carta/Contrato de exclusividade com o artista ou grupo artístico, sendo esta declaração dispensável quando o candidato está representando a si próprio, além de autorização de uso de imagem e de voz de todos os componentes do grupo artístico.

10.4. Os selecionados terão o prazo improrrogável de até 48 (quarenta e oito) horas após a notificação da convocação para envio da documentação complementar de contratação para o endereço eletrônico indicado pela Fundação RTVE no ato convocatório, conforme previsto no item 10.1.

10.5. Transcorrido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas previsto no item 10.4 ou no caso de documentação considerada inválida ou faltante, serão convocados em substituição os suplentes por ordem de classificação.

10.6. Nos termos do art. 95 da Lei n. 14.133/2021, em razão das peculiaridades do objeto, é facultativa a emissão de contrato formal, sendo este substituído pela emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço, considerado então como instrumento para contratação.

10.7. A(s) Ordem(ns) de Fornecimento/Serviço será(ão) expedida(s) por quaisquer instrumentos de comunicação hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço/fornecimento, de modo que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte do CONTRATADO.

10.8. O candidato terá como obrigação manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas no presente edital.

Apoio:



Correalização:



Realização:



11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Emitir as Ordens de Fornecimento/Serviço para execução dos serviços contratados.
- 11.2. Notificar por escrito o CONTRATADO quaisquer problemas pertinentes ao bom andamento dos serviços, bem como da aplicação de eventuais multas e penalidades.
- 11.3. Efetuar o pagamento na forma convencionada.
- 11.4. Indicar formalmente os fiscais e os gestores do contrato para o acompanhamento da execução dos serviços.
- 11.5. Recusar o recebimento de todo e qualquer cobrança/serviços que não estiverem em conformidade com o apresentado neste instrumento.
- 11.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações previstas para a execução do objeto.

14

12. DAS OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES CONTRATADOS

- 12.1. Iniciar a execução dos serviços dentro do prazo de recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço emitida pela CONTRATANTE, conforme especificado.
- 12.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/1990).
- 12.3. Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas neste Instrumento Convocatório.
- 12.4. Cumprir todas as orientações da equipe de organização do Festival e da Fundação RTVE, indicando o seu representante junto à Fundação RTVE, disponibilizando e mantendo e-mail, telefone, WhatsApp etc., específicos para notificações e orientações.
- 12.5. Relatar à equipe de organização toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução dos serviços.
- 12.6. Responsabilizar-se pelos danos decorrentes da execução dos serviços, bem como por todo e qualquer prejuízo causado, devendo, após o devido contraditório e ampla defesa, ressarcir-lo imediatamente e em sua integralidade, ficando a Fundação RTVE, na condição de CONTRATANTE, autorizada a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas, segundo legislação competente, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Fundação RTVE e nenhum dos partícipes do Convênio Secult n. 01/2023.

Apoio:



GOIÁS SOCIAL

RETOmada
Secretaria de
Estado de
Política

GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Correalização:



Realização:

SECULT
Secretaria de Estado
de Cultura

GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

12.8. Prestar todos esclarecimentos e informações, bem como emitir relatórios solicitados pela Fundação RTVE, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local de execução, bem como aos respectivos documentos solicitados.

12.9. Encaminhar, sempre que solicitado pelos órgãos de controle e fiscalização as informações pertinentes a prestação do serviço objeto da contratação.

12.10. Responsabilizar-se pela veracidade das informações prestadas, bem como dos documentos apresentados, respondendo nas esferas cível, crime e administrativa no caso de constatação de falsidade ou irregularidade.

12.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Fundação RTVE e nenhum dos partícipes do Convênio Secult n. 01/2023.

12.12. Responsabilizar-se integral e exclusivamente por toda e qualquer ocorrência de infração à Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

12.13. Executar diretamente os serviços, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação.

12.14. Estar devidamente habilitada para prestar os serviços objeto deste Chamamento Público, seja perante autoridades federais, estaduais ou municipais, conselhos de classe, assumindo, conseqüentemente, todas as obrigações decorrentes.

12.15. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório.

13. DAS HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO, SANÇÕES PELA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL E RESCISÃO

13.1. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o credenciamento do participante que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas no Ato Convocatório.

13.2. Pela inexecução total ou parcial do serviço, a Fundação RTVE poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções constantes nos artigos 155 a 163 da Lei n. 14.133/2021, a saber:

I – Advertência;

II – Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo período de até 24 meses;

III – Multa de 10% do valor integral do contrato pela inexecução total do objeto;

Apoio:



Correalização:



Realização:



IV – Multa de 5% sobre o valor do contrato por descumprimento de cláusula contratual, exceto a prevista no inciso III;

V – Multa de 5% pela execução do objeto fora das especificações estabelecidas pelo CONTRATANTE, aplicada sobre o valor da obrigação não cumprida, além do não pagamento do serviço que deveria ter sido executado;

VI – Emissão de declaração de inidoneidade para licitar ou para contratar com a Administração Pública.

13.3. As multas previstas no Instrumento Convocatório serão corrigidas monetariamente pelo IPCA-E até a data de seu recolhimento.

13.4. As multas são autônomas, e a aplicação de uma não exclui a da outra.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o previsto na Lei n. 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei n. 9.784/1999.

13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

13.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sicaf.

13.8. As multas devidas e/ou os prejuízos causados pelo CONTRATADO serão deduzidos dos valores a serem pagos ou da garantia ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

13.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do CONTRATADO, a Fundação RTVE poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.10. Não será aceita, sob nenhuma hipótese, a subcontratação do objeto proposto neste edital de credenciamento.

14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado pela Fundação RTVE de acordo com a Ordem de Fornecimento/Serviço expedida, conforme os serviços prestados, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do recebimento da Nota Fiscal, mediante emissão de ordem bancária para crédito em conta bancária ou por outro meio, desde que expressamente informado.

14.2. O proponente inscrito e selecionado deverá providenciar emissão de Nota Fiscal de Serviços compatível com atividades correlatas a apresentações culturais, indicando, no corpo do documento fiscal, os dados bancários na titularidade do artista ou do grupo selecionado, com as devidas retenções fiscais considerando as particularidades legais para a contratação de pessoas físicas ou pessoas

Apoio:



Correalização:



Realização:



jurídicas, a fim de viabilizar o pagamento dos serviços prestados, com os dados do tomador a ser indicados pela Fundação RTVE em momento oportuno, mediante apresentação de prova de regularidade fiscal com os entes federais, estaduais e municipais competentes.

14.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado competente da Fundação RTVE, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

14.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.5. Antes de cada pagamento, será realizada consulta ao Sicafe e/ou às certidões negativas de débitos para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação.

14.6. Constatando-se a situação de irregularidade, será providenciada sua advertência, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, o proponente regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período.

14.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Fundação RTVE comunicará ao departamento responsável pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.8. Persistindo a irregularidade, a Fundação RTVE adotará as medidas necessárias à rescisão do termo de compromisso firmado nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a ampla defesa.

14.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão do termo de compromisso, caso não seja regularizada a situação fiscal.

14.10. Quanto ao pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, considerando as particularidades legais para a contratação de pessoas físicas ou pessoas jurídicas.

15. DO CRONOGRAMA

15.1. O cronograma desta Chamada Pública está previsto a seguir:

Atividade	Data
Publicação do Edital de Chamada Pública	22/07/2024
Período de Esclarecimentos	22/07/2024 até 23h59 de 24/07/2024

Apoio:



Correalização:



Realização:



Período de Inscrições	25/07/2024 até 23h59 de 05/08/2024
Análise da Etapa de Habilitação	06/08/2024 e 07/08/2024
Publicação do Resultado Preliminar da Etapa de Habilitação	07/08/2024
Prazo de Recurso ao Resultado Preliminar da Etapa de Habilitação	Até 23h59 de 08/08/2024
Análise dos Recursos	08/08/2024 e 09/08/2024
Publicação do Resultado Final da Etapa de Habilitação	12/08/2024
Análise da Etapa de Avaliação	13/08/2024 a 15/08/2024
Publicação do Resultado Preliminar da Etapa de Avaliação	16/08/2024
Prazo de Recurso ao Resultado Preliminar da Etapa de Avaliação	Até 23h59 de 19/08/2024
Análise dos Recursos	19/08/2024 e 20/08/2024
Publicação do Resultado Final e Homologação	20/08/2024

15.2. O cronograma poderá ser alterado por termo aditivo, sem a necessidade de prévio aviso, cabendo ao interessado acompanhar as informações deste certame na plataforma ELENCO (<https://elenco.ufg.br>) e no site oficial do CANTO DA PRIMAVERA (<https://cantodaprimavera.cultura.go.gov.br/>).

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A Fundação RTVE poderá alterar ou revogar o presente Edital de Seleção, a qualquer tempo, desde que justificadamente.

16.2. Em nenhuma apresentação poderá conter propostas de cunho sexual, manifestações políticas ou apologia ao tráfico de drogas, à pedofilia, à violência, à discriminação ou qualquer conteúdo vedado por lei.

Apoio:



Correalização:



Realização:



- 16.3.** As atrações artísticas inscritas poderão ter como público-alvo: crianças, jovens, adultos e idosos. Desta maneira, o proponente deve apontar a classificação etária da sua proposta.
- 16.4.** Todas as informações do presente edital, tais como erratas, adendos, resultados e outros, estarão disponíveis na plataforma ELENCO (<https://elenco.ufg.br>) e no site oficial do CANTO DA PRIMAVERA (<https://cantodaprimavera.cultura.go.gov.br/>).
- 16.5.** Os participantes, ao se inscreverem nesta chamada pública, concedem aos promoventes, automática e gratuitamente, autorização, em caráter definitivo, universal, irrevogável e irretroatável, para fins de utilização das imagens e/ou dos sons dos participantes contidos, de vídeos, fotos e demais materiais captados durante a realização do evento, bem como de trechos ou de partes, para que os promoventes também possam usá-los, a seus exclusivos critérios, para produção de matéria promocional e divulgação do evento em qualquer tipo de mídia, seja para fins de divulgação das obras audiovisuais, para a exposição da mostra ou para as finalidades destacadas neste edital, podendo transmiti-los via rádio, televisão e/ou internet, de qualquer espécie e independentemente das características e dos atributos do sistema de distribuição, abrangendo plataformas analógicas ou digitais. Nenhuma das utilizações terá limitação de tempo ou de número de vezes, sem que seja devido aos participantes qualquer remuneração ou compensação.
- 16.6.** A autorização ora concedida pelos participantes, nos termos deste edital, é de total responsabilidade dos proponentes e entra em vigor no ato da inscrição e, assim, perdurará por prazo indeterminado.
- 16.7.** Fica assegurado à Comissão Organizadora o direito de anular por iniciativa própria ou mediante provocação de terceiros, quando houver ilegalidade, ou de revogar, por interesse público, a presente chamada pública, sempre em despacho fundamentado, a qualquer tempo, sem que isso implique direito à indenização ou à reclamação de qualquer natureza.
- 16.8.** Em caso de denúncia por parte de concorrente(s), a Comissão Organizadora ou autoridade superior, em qualquer fase deste certame, realizará diligência destinada a esclarecer o(s) fato(s).
- 16.9.** Poderão ser automaticamente desclassificados do processo de seleção, sem que caiba qualquer direito de indenização, aqueles que tentarem desrespeitar qualquer um dos itens deste edital, praticar ato ilegal ou ilícito, utilizar quaisquer meios ilícitos para obter benefício próprio ou para terceiro.
- 16.10.** A Comissão Organizadora vetará a participação de qualquer candidato que apresentar durante o evento condições anormais, como comportamento desrespeitoso ou violento que cause qualquer tipo de danos ou prejuízos ao evento.
- 16.11.** Os casos omissos neste edital e as dúvidas suscitadas serão resolvidos pela Coordenação-Geral da ExeCult.

Apoio:



Correalização:



Realização:



16.12. O ato de inscrição pressupõe a plena concordância dos termos, das cláusulas, das condições do credenciamento e de seus Anexos, que passarão a integrar as obrigações, bem como a observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento administrativo e execução dos serviços.

16.13. Os candidatos inscritos no processo autorizam o uso e o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica da inscrição e da contratação, em conformidade com a Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

16.14. A coleta e o tratamento dos dados especificados no item “6. DA INSCRIÇÃO” têm por finalidade viabilizar o presente procedimento editalício.

16.15. O candidato poderá a qualquer momento exercer o seu direito de revogação de consentimento de tratamento de dados pessoais e solicitar a exclusão dos seus dados, bem como quaisquer outros direitos assegurados pela LGPD.

16.16. Não serão aceitos projetos artísticos e culturais em material físico, somente por meio dos canais digitais indicados neste edital.

16.17. É parte integrante do presente edital seus anexos e suas eventuais retificações ou aditivos;

16.18. A vigência desse Edital de Seleção será até a homologação do resultado final dos projetos artísticos e culturais selecionados por meio deste certame.

16.19. O município de Goiânia/GO é o domicílio e o foro competente para dirimir quaisquer dúvidas referentes ao edital e a procedimentos dele resultantes, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Goiânia/GO, 22 de julho de 2024.

Yara Nunes dos Santos

Secretária de Estado da Cultura do Governo de Goiás (Secult Goiás)

Luana Cássia Miranda Ribeiro

Pró-Reitora de Extensão e Cultura da UFG e Coordenadora-Geral da ExeCult

Silvana Coleta Santos Pereira

Diretora-Executiva da Fundação RTVE

Apoio:



Correalização:



Realização:

